

**Aula 16 - Profs. Bruno  
Bezerra e Patrícia  
Manzato**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025*

*(Pós-Edital)*  
Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**

29 de Julho de 2025  
**Manzato Moises**

## APRESENTAÇÃO

Olá, caro Aluno e cara Aluna!

Nesta aula teremos um simulado com questões inéditas referentes aos conteúdos já revisados.

Não pule nem postergue esta aula pois ela faz parte do seu aprendizado, ok?!

Vamos Juntos!

Profª Patrícia Manzato



Prof Bruno Bezerra



## QUESTÕES COMENTADAS

### Constituição Estadual do Paraná – Arts. 1º a 51

1. A Constituição do Estado do Paraná estabelece que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- A) A soberania, o militarismo, a intervenção e a moralidade.
- B) A dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa, o nepotismo e a privatização compulsória.
- C) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- D) A supremacia do Judiciário, a liberdade de empresa e a eficiência.
- E) O utilitarismo estatal, o bem-estar privado e a intervenção mínima.

**Gabarito:** Letra C

#### Comentário:

A alternativa C replica os exatos termos do art. 1º da Constituição Federal, que também se aplicam conforme o art. 1º da CE/PR, que adota os mesmos fundamentos: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Falsa, pois "militarismo" e "intervenção" não são fundamentos democráticos.
- B) Nepotismo é prática vedada; "privatização compulsória" não é fundamento constitucional.
- D) Supremacia do Judiciário e liberdade de empresa não são fundamentos.
- E) Utilitarismo estatal e intervenção mínima não constam como fundamentos na CE/PR.

2. Nos termos da Constituição do Estado do Paraná, a soberania popular será exercida, nos termos da lei, por meio de:

- A) Decreto autônomo e jurisprudência vinculante.
- B) Plebiscito, referendo, iniciativa popular e controle difuso.
- C) Eleições, plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- D) Ato administrativo discricionário do Governador.
- E) Revogação legislativa e representação do Judiciário.



**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Conforme o art. 4º da CE/PR, a soberania popular será exercida por meio de: sufrágio universal, voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Decreto autônomo e jurisprudência não são formas de soberania popular.
- B) Controle difuso é técnica judicial, não forma de soberania popular.
- D) Ato discricionário é administrativo, sem relação com soberania popular.
- E) Revogação legislativa não é instrumento previsto no art. 4º da CE/PR.

**3.** Segundo a CE/PR, os direitos e garantias expressos na Constituição:

- A) Podem ser restringidos por medida provisória estadual.
- B) Excluem outros decorrentes de tratados internacionais.
- C) São aplicáveis apenas a brasileiros natos.
- D) Não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição do Estado.
- E) Só produzem efeitos após regulamentação por lei ordinária.

**Gabarito:** Letra D

**Comentário:**

De acordo com o art. 5º, §2º da CE/PR, os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Medidas provisórias não podem restringir garantias constitucionais.
- B) CE/PR inclui tratados internacionais como fontes possíveis de garantias.
- C) Direitos fundamentais se aplicam a todos, inclusive estrangeiros residentes.
- E) Muitos direitos têm aplicação imediata, não exigindo regulamentação.



**4.** A Constituição Estadual do Paraná assegura que:

- A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- B) A pena poderá passar da pessoa do condenado.
- C) É permitida a prisão civil por dívida de qualquer natureza.
- D) O sigilo da correspondência pode ser quebrado por decreto do Prefeito.
- E) É vedado o acesso aos dados pessoais do cidadão pela administração pública.

**Gabarito:** Letra A

**Comentário:**

Reprodução do princípio da legalidade penal, previsto no art. 5º, inciso XXXIX da CF/88 e adotado pela CE/PR em sua estrutura protetiva dos direitos fundamentais.

Vejamos as demais alternativas:

- B) A pena não pode passar da pessoa do condenado (princípio da intranscendência da pena).
- C) A prisão civil só é permitida por dívida de alimentos.
- D) Sigilo só pode ser quebrado por ordem judicial.
- E) O cidadão tem direito de acesso às informações que lhe digam respeito.

**5.** A CE/PR determina que a administração pública obedecerá aos princípios de:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Soberania, hierarquia, disciplina, centralização e livre iniciativa.
- C) Justiça, equidade, reserva legal, discricionariedade e supremacia do interesse privado.
- D) Oportunidade, utilidade, moralidade relativa, e controle externo.
- E) Independência dos poderes, sigilo institucional e eficiência administrativa.

**Gabarito:** Letra A

**Comentário:**

A CE/PR, em consonância com o caput do art. 37 da CF/88, estabelece que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



As demais alternativas (B, C, D, E) contêm princípios inexistentes ou equivocados, como "moralidade relativa", "livre iniciativa" ou "sigilo institucional", que não orientam a atuação administrativa.

**6.** Nos termos da CE/PR, são órgãos do Poder Legislativo:

- A) A Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Tribunal de Contas.
- B) A Assembleia Legislativa e os Conselhos Municipais.
- C) A Assembleia Legislativa, seus Deputados e a Mesa Diretora.
- D) A Assembleia Legislativa e a Controladoria-Geral do Estado.
- E) Apenas a Comissão de Constituição e Justiça e seus membros.

**Gabarito:** Letra C

#### **Comentário:**

Conforme os arts. 27 a 30 da CE/PR, o Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, composta pelos Deputados Estaduais. Internamente, são órgãos do Legislativo: a Assembleia, seus Deputados e a Mesa Diretora.

As demais alternativas (A, B, D, E) incluem órgãos externos ou de outros poderes (como TCE ou MP), ou limitam de forma indevida (apenas comissões).

**7.** Segundo a CE/PR, a função típica do Poder Legislativo é:

- A) Executar programas governamentais.
- B) Administrar o orçamento estadual.
- C) Criar e fiscalizar leis.
- D) Promover concursos públicos.
- E) Julgar os membros do Judiciário.

**Gabarito:** Letra C

#### **Comentário:**

A função típica do Poder Legislativo é a produção normativa (criação de leis) e o controle externo da Administração Pública, especialmente o fiscal, conforme art. 29 da CE/PR.

As demais alternativas (A, B, D, E) trazem funções do Executivo ou do Judiciário. O Legislativo apenas fiscaliza, não executa.



8. A Constituição do Estado do Paraná estabelece que o número de Deputados Estaduais será:

- A) Determinado por lei ordinária estadual.
- B) Equivalente ao número de Senadores.
- C) O triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- D) Igual ao número de municípios do Estado.
- E) Livremente definido pela Assembleia Legislativa.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Segundo o art. 27 da CE/PR, o número de Deputados Estaduais será equivalente ao triplo da representação do Estado na Câmara Federal, e, caso ultrapasse 36, acrescentar-se-á um Deputado Estadual por cada grupo de mais 12 Deputados Federais.

Vejamos as demais alternativas:

- A) A CE/PR fixa diretamente os critérios.
- B) Senadores não servem de base para cálculo.
- D) Municípios não se relacionam ao número de deputados estaduais.
- E) A CE/PR fixa diretamente os critérios.

9. A perda do mandato de Deputado Estadual ocorre, segundo a CE/PR:

- A) Apenas por decisão judicial transitada em julgado.
- B) Somente por decisão do Supremo Tribunal Federal.
- C) Por quebra de decoro parlamentar, entre outras hipóteses.
- D) Exclusivamente por cassação pelo Tribunal de Contas.
- E) Por simples vontade da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

A perda do mandato pode ocorrer em diversas hipóteses, entre elas: quebra de decoro parlamentar, ausência injustificada, ou condenação criminal, conforme art. 32 da CE/PR.



As demais alternativas (A, B, D, E) não expressam corretamente os fundamentos constitucionais e institucionais da perda do mandato parlamentar.

**10.** Sobre a inviolabilidade do Deputado Estadual, conforme a CE/PR:

- A) Não há previsão de imunidade para deputados estaduais.
- B) A imunidade alcança crimes comuns cometidos fora do exercício do mandato.
- C) A inviolabilidade restringe-se às opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.
- D) A inviolabilidade permite prática de ilícitos com impunidade.
- E) É aplicável apenas mediante prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

O art. 31 da CE/PR dispõe que os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Estado.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Há sim previsão expressa.
- B) A imunidade não cobre crimes comuns alheios ao mandato.
- D) A imunidade não é sinônimo de impunidade.
- E) Não depende de autorização do STF.

**11.** Nos termos da CE/PR, os Deputados Estaduais têm direito a foro por prerrogativa de função:

- A) Apenas em ações civis públicas.
- B) Apenas quando forem processados por crimes de responsabilidade.
- C) Quando processados criminalmente por atos praticados no exercício do mandato.
- D) Quando processados por infrações administrativas.
- E) Em qualquer tipo de processo, sem exceção.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Conforme o art. 33 da CE/PR, os Deputados Estaduais serão processados e julgados,





originariamente pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, desde que relacionados ao exercício do mandato.

**12.** É correto afirmar, com base na CE/PR, que:

- A) As sessões legislativas ocorrem durante todo o ano sem interrupção.
- B) A Assembleia Legislativa funciona em regime de sessões anuais ordinárias e extraordinárias.
- C) As sessões extraordinárias remuneram os deputados em dobro.
- D) As sessões especiais têm caráter deliberativo.
- E) O recesso legislativo é vedado na Constituição estadual.

**Gabarito:** Letra B

**Comentário:**

A CE/PR prevê que a Assembleia Legislativa funciona em sessões legislativas ordinárias e extraordinárias (Art. 40), respeitando o regime de funcionamento parlamentar.

Vejam as demais alternativas:

- A) Há recesso (Art. 40).
- C) É vedado o pagamento adicional por sessão extraordinária.
- D) Sessões especiais geralmente são comemorativas ou cerimoniais.
- E) O recesso é previsto, não vedado.

**13.** Nos termos da CE/PR, o Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos:

- A) De sua iniciativa exclusiva.
- B) Apenas em matérias orçamentárias.
- C) De qualquer natureza, inclusive os de iniciativa da Assembleia.
- D) Desde que aprovados em comissões temáticas.
- E) Apenas com apoio de dois terços dos Deputados.

**Gabarito:** Letra A



### Comentário:

O art. 45, §1º da CE/PR permite ao Governador solicitar urgência para projetos de sua iniciativa, acelerando a tramitação no Legislativo.

Vejamos as demais alternativas:

- B) Não se limita a matérias orçamentárias.
- C) Só projetos de iniciativa do Executivo.
- D) Não há a previsão sobre aprovação em comissões
- E) Não há exigência de aprovação em quórum qualificado.

**14.** De acordo com a CE/PR, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida:

- A) Pelo Ministério Público exclusivamente.
- B) Pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas.
- C) Pelo Poder Judiciário estadual.
- D) Por comissões temáticas da Assembleia, sem órgão de apoio técnico.
- E) Pelo Ministério da Fazenda.

**Gabarito:** Letra B

### Comentário:

Conforme o art. 48 da CE/PR, a fiscalização será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

As demais alternativas (A, C, D, E) trazem órgãos que não possuem essa competência fiscalizadora primária, conforme determinado constitucionalmente.

**15.** Poder Legislativo, segundo a CE/PR, pode convocar Secretários de Estado para:

- A) Apresentar denúncias ao Tribunal de Justiça.
- B) Prestar informações sobre assuntos relevantes de sua pasta.
- C) Participar da elaboração de leis complementares.
- D) Substituir membros de comissões parlamentares.
- E) Responder por crimes comuns praticados por parlamentares.



**Gabarito:** Letra B

**Comentário:**

A CE/PR autoriza o Legislativo a convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos de sua pasta, sob pena de crime de responsabilidade (Art. 46, §1º).

As demais alternativas (A, C, D, E) trazem situações não estão previstas como finalidades da convocação parlamentar.

## Constituição Estadual do Paraná – Arts. 52 a 226

**16.** Governador do Estado será julgado nos crimes de responsabilidade:

- A) Pela Assembleia Legislativa.
- B) Pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) Pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E) Pela Controladoria-Geral do Estado.

**Gabarito:** Letra C

▪

**Comentário:**

Nos termos do art. 91, I da CE/PR, o Tribunal de Justiça é competente para julgar o Governador nos crimes comuns e de responsabilidade.

Vejamos as demais alternativas:

- A) A Assembleia autoriza o processo, mas não julga.
- B) O STF julga o Presidente da República, não o Governador estadual.
- D e E) O TCE e a CGE não têm competência jurisdicional penal.

**17.** Compete ao Governador do Estado, segundo a CE/PR:

- A) Propor à Assembleia Legislativa a criação de municípios.
- B) Exercer a chefia do Poder Judiciário.
- C) Declarar a inconstitucionalidade de leis estaduais.



- D) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.
- E) Eleger os membros do Tribunal de Justiça.

**Gabarito:** Letra D

**Comentário:**

Conforme o art. 87, VII da CE/PR, é competência do Governador sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, além de expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Vejamos as demais alternativas:

- A) A criação de municípios é de competência da Assembleia, com critérios da CF.
- B) O chefe do Judiciário é o Presidente do TJ.
- C) A declaração de inconstitucionalidade é competência do TJ.
- E) Os membros do TJ são nomeados, não eleitos.

**18.** De acordo com a CE/PR, o Poder Judiciário tem por órgão máximo:

- A) A Assembleia Legislativa.
- B) O Supremo Tribunal Federal.
- C) O Tribunal de Justiça do Paraná.
- D) O Conselho Nacional de Justiça.
- E) O Ministério Público Estadual.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

O art. 90 da CE/PR estabelece que o órgão máximo do Poder Judiciário Estadual é o Tribunal de Justiça.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Assembleia é Poder Legislativo.
- B) STF é órgão da União.
- D) CNJ é órgão nacional de controle, não jurisdicional.
- E) Ministério Público é função essencial à Justiça, não órgão do Judiciário.



19. A respeito do Ministério Público, assinale a correta:

- A) Subordina-se ao Poder Executivo.
- B) Tem função jurisdicional própria.
- C) Exerce controle externo da atividade policial.
- D) Está sujeito à hierarquia do Judiciário.
- E) Tem caráter consultivo e legislativo.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Segundo o art. 130 da CE/PR, cabe ao Ministério Público o controle externo da atividade policial, além da defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais.

Vejamos as demais alternativas:

- A) O MP é instituição independente, não subordinada ao Executivo.
- B) O MP não julga, apenas atua como parte ou fiscal.
- D) Também não está subordinado ao Judiciário.
- E) Não tem função legislativa.

20. A Procuradoria-Geral do Estado tem como chefe:

- A) Um Ministro do STF.
- B) Um Desembargador do TJPR.
- C) Um Procurador nomeado pelo Governador.
- D) O Procurador-Geral de Justiça.
- E) O Presidente da Assembleia Legislativa.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Conforme o art. 132 da CE/PR, a Procuradoria-Geral do Estado é chefiada por um Procurador-Geral nomeado pelo Governador do Estado.

As alternativas A, B, D e E trazem autoridade que não chefiam a Procuradoria-Geral do Estado.



**21.** Sobre a Defensoria Pública, segundo a CE/PR, é correto afirmar:

- A) Atua apenas em matéria criminal.
- B) Exerce a defesa judicial apenas de servidores públicos.
- C) É instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado.
- D) Subordina-se administrativamente ao Ministério Público.
- E) Não possui autonomia funcional.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

A Defensoria Pública é prevista no art. 134 da CE/PR como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa dos necessitados.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Atua em todas as áreas jurídicas (cível, família, etc.).
- B) Defende hipossuficientes, não apenas servidores.
- D e E) A DP é autônoma e independente.

**22.** A respeito da intervenção estadual em municípios, é correto afirmar que:

- A) Só pode ocorrer com prévia autorização da ONU.
- B) Pode ocorrer para reorganizar partidos políticos.
- C) O Governador pode intervir por decreto sem limites.
- D) Pode ocorrer para assegurar a aplicação do mínimo exigido na educação.
- E) É competência da Assembleia Legislativa exclusivamente.

**Gabarito:** Letra D

**Comentário:**

A intervenção do Estado em município é prevista no art. 84 da CE/PR, inclusive para assegurar a aplicação do mínimo constitucional de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**23.** Sobre os Tribunais de Contas, conforme a CE/PR, assinale a correta:



- A) Tem função jurisdicional penal.
- B) Examinam apenas contas do Executivo.
- C) Fiscalizam a legalidade e legitimidade dos atos de gestão.
- D) Estão subordinados ao Ministério Público.
- E) Suas decisões têm força de lei ordinária.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

De acordo com o art. 75 da CE/PR, o Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos.

Vejamos as demais alternativas:

- A) TCEs não julgam penalmente.
- B) TCEs também fiscalizam Judiciário, Legislativo e autarquias.
- D) TCEs são órgãos autônomos.
- E) Suas decisões não equivalem a leis.

**24.** A criação de novas Comarcas no Estado depende:

- A) De decisão do Presidente do TJ.
- B) De lei de iniciativa do Poder Judiciário.
- C) De decreto legislativo.
- D) De plebiscito popular.
- E) De convênio entre os municípios envolvidos.

**Gabarito:** Letra B

**Comentário:**

Conforme o art. 100 da CE/PR, a criação de comarcas, varas e juizados é feita por lei de iniciativa do Poder Judiciário, com aprovação da Assembleia.

**25.** A respeito das funções do Governador, é correto afirmar:

- A) Nomeia os Desembargadores do TJ sem restrição.
- B) Depende de referendo para nomear Secretários de Estado.



- C) Pode exercer chefia de outro Poder em caso de calamidade.
- D) Representa o Estado nas suas relações políticas.
- E) Exerce poder moderador sobre o Judiciário.

**Gabarito:** Letra D

**Comentário:**

Conforme o art. 87, I da CE/PR, compete ao Governador representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Nomeações seguem regras e listas (quinto constitucional).
- B) Secretários são livremente nomeados pelo Governador.
- C) Não pode acumular chefia de outro Poder.
- E) Não há poder moderador no sistema republicano.

**26.** A função do Poder Judiciário, segundo a Constituição do Estado do Paraná, inclui:

- A) Promover políticas públicas sociais.
- B) Propor leis orçamentárias diretamente.
- C) Exercer função jurisdicional e garantir a justiça.
- D) Arrecadar tributos estaduais.
- E) Aplicar sanções administrativas ao Governador.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

O Poder Judiciário, conforme o art. 90 da CE/PR, tem a função típica de exercer a jurisdição, ou seja, resolver conflitos com base na lei e garantir a justiça.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Políticas públicas são função do Executivo.
- B) Apenas propõe seu próprio orçamento, não leis orçamentárias em geral.
- D) Arrecadação é competência do Executivo (Secretaria da Fazenda).





E) O TJ julga, mas não aplica sanções administrativas.

**27.** Em relação ao Conselho da Magistratura do TJPR, é correto afirmar:

- A) É órgão de deliberação legislativa.
- B) Tem função exclusivamente consultiva.
- C) Atua como órgão disciplinar e administrativo do Judiciário.
- D) Substitui o Pleno do TJ em decisões judiciais.
- E) Depende de aprovação do Executivo para funcionar.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Conforme o art. 95 da CE/PR, o Conselho da Magistratura exerce atribuições administrativas e disciplinares no âmbito do Tribunal de Justiça.

**28.** Nos termos da CE/PR, o Tribunal de Contas do Estado é composto por:

- A) 9 membros escolhidos exclusivamente pela Assembleia.
- B) 7 membros, com parte indicada pelo Governador e parte pela Assembleia Legislativa.
- C) 5 membros vitalícios, todos nomeados pelo Judiciário.
- D) 6 membros eleitos por sufrágio direto.
- E) Número indefinido de membros, conforme regulamento interno.

**Gabarito:** Letra B

**Comentário:**

O art. 74 da CE/PR determina que o TCE/PR é composto por 7 Conselheiros, nomeados dentre brasileiros de notável saber e idoneidade, sendo quatro indicados pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador.

Vejamos as demais alternativas:

- A) Não são 9 membros.
- C) Não são vitalícios nem indicados apenas pelo Judiciário.
- D) Não há eleição direta para Conselheiro.
- E) O número é fixado na CE/PR.



**29.** Ministério Público do Estado do Paraná:

- A) É subordinado ao Tribunal de Justiça.
- B) Pode representar judicialmente o Estado em todas as ações.
- C) Exerce, entre outras funções, a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais.
- D) Atua exclusivamente na área penal.
- E) Integra o Poder Executivo.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Conforme o art. 129 da CE/PR, o Ministério Público tem por funções a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Vejamos as demais alternativas:

- A) O MP é autônomo, não subordinado ao Judiciário.
- B) A representação judicial do Estado cabe à Procuradoria-Geral.
- D) Atua em várias áreas, não só penal.
- E) O MP é função essencial à justiça, não do Executivo.

**30.** Sobre a nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Estado, é correto:

- A) É eleito por voto popular.
- B) É escolhido livremente pelo Governador, sem restrições.
- C) É nomeado pelo Governador, dentre integrantes de lista tríplice.
- D) É nomeado pelo Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) É indicado pelo Tribunal de Justiça.

**Gabarito:** Letra C

**Comentário:**

Segundo o art. 130 da CE/PR, o Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice formada por membros do Ministério Público.

Portanto, gabarito Letra C.



## LISTA DE QUESTÕES

### Constituição Estadual do Paraná – Arts. 1º a 51

1. A Constituição do Estado do Paraná estabelece que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- A) A soberania, o militarismo, a intervenção e a moralidade.
- B) A dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa, o nepotismo e a privatização compulsória.
- C) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- D) A supremacia do Judiciário, a liberdade de empresa e a eficiência.
- E) O utilitarismo estatal, o bem-estar privado e a intervenção mínima.

2. Nos termos da Constituição do Estado do Paraná, a soberania popular será exercida, nos termos da lei, por meio de:

- A) Decreto autônomo e jurisprudência vinculante.
- B) Plebiscito, referendo, iniciativa popular e controle difuso.
- C) Eleições, plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- D) Ato administrativo discricionário do Governador.
- E) Revogação legislativa e representação do Judiciário.

3. Segundo a CE/PR, os direitos e garantias expressos na Constituição:

- A) Podem ser restringidos por medida provisória estadual.
- B) Excluem outros decorrentes de tratados internacionais.
- C) São aplicáveis apenas a brasileiros natos.
- D) Não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição do Estado.
- E) Só produzem efeitos após regulamentação por lei ordinária.

4. A Constituição Estadual do Paraná assegura que:



- A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- B) A pena poderá passar da pessoa do condenado.
- C) É permitida a prisão civil por dívida de qualquer natureza.
- D) O sigilo da correspondência pode ser quebrado por decreto do Prefeito.
- E) É vedado o acesso aos dados pessoais do cidadão pela administração pública.

5. A CE/PR determina que a administração pública obedecerá aos princípios de:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Soberania, hierarquia, disciplina, centralização e livre iniciativa.
- C) Justiça, equidade, reserva legal, discricionariedade e supremacia do interesse privado.
- D) Oportunidade, utilidade, moralidade relativa, e controle externo.
- E) Independência dos poderes, sigilo institucional e eficiência administrativa.

6. Nos termos da CE/PR, são órgãos do Poder Legislativo:

- A) A Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Tribunal de Contas.
- B) A Assembleia Legislativa e os Conselhos Municipais.
- C) A Assembleia Legislativa, seus Deputados e a Mesa Diretora.
- D) A Assembleia Legislativa e a Controladoria-Geral do Estado.
- E) Apenas a Comissão de Constituição e Justiça e seus membros.

7. Segundo a CE/PR, a função típica do Poder Legislativo é:

- A) Executar programas governamentais.
- B) Administrar o orçamento estadual.
- C) Criar e fiscalizar leis.
- D) Promover concursos públicos.
- E) Julgar os membros do Judiciário.

8. A Constituição do Estado do Paraná estabelece que o número de Deputados Estaduais será:

- A) Determinado por lei ordinária estadual.
- B) Equivalente ao número de Senadores.
- C) O triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.



- D) Igual ao numero de municipios do Estado.
- E) Livremente definido pela Assembleia Legislativa.

**9.** A perda do mandato de Deputado Estadual ocorre, segundo a CE/PR:

- A) Apenas por decisão judicial transitada em julgado.
- B) Somente por decisão do Supremo Tribunal Federal.
- C) Por quebra de decoro parlamentar, entre outras hipóteses.
- D) Exclusivamente por cassação pelo Tribunal de Contas.
- E) Por simples vontade da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

**10.** Sobre a inviolabilidade do Deputado Estadual, conforme a CE/PR:

- A) Não há previsão de imunidade para deputados estaduais.
- B) A imunidade alcança crimes comuns cometidos fora do exercício do mandato.
- C) A inviolabilidade restringe-se às opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.
- D) A inviolabilidade permite prática de ilícitos com impunidade.
- E) É aplicável apenas mediante prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.

**11.** Nos termos da CE/PR, os Deputados Estaduais têm direito a foro por prerrogativa de função:

- A) Apenas em ações civis públicas.
- B) Apenas quando forem processados por crimes de responsabilidade.
- C) Quando processados criminalmente por atos praticados no exercício do mandato.
- D) Quando processados por infrações administrativas.
- E) Em qualquer tipo de processo, sem exceção.

**12.** É correto afirmar, com base na CE/PR, que:

- A) As sessões legislativas ocorrem durante todo o ano sem interrupção.
- B) A Assembleia Legislativa funciona em regime de sessões anuais ordinárias e extraordinárias.
- C) As sessões extraordinárias remuneram os deputados em dobro.
- D) As sessões especiais têm caráter deliberativo.
- E) O recesso legislativo é vedado na Constituição estadual.



**13.** Nos termos da CE/PR, o Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos:

- A) De sua iniciativa exclusiva.
- B) Apenas em matérias orçamentárias.
- C) De qualquer natureza, inclusive os de iniciativa da Assembleia.
- D) Desde que aprovados em comissões temáticas.
- E) Apenas com apoio de dois terços dos Deputados.

**14.** De acordo com a CE/PR, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida:

- A) Pelo Ministério Público exclusivamente.
- B) Pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas.
- C) Pelo Poder Judiciário estadual.
- D) Por comissões temáticas da Assembleia, sem órgão de apoio técnico.
- E) Pelo Ministério da Fazenda.

**15.** Poder Legislativo, segundo a CE/PR, pode convocar Secretários de Estado para:

- A) Apresentar denúncias ao Tribunal de Justiça.
- B) Prestar informações sobre assuntos relevantes de sua pasta.
- C) Participar da elaboração de leis complementares.
- D) Substituir membros de comissões parlamentares.
- E) Responder por crimes comuns praticados por parlamentares.

## Constituição Estadual do Paraná – Arts. 52 a 226

**16.** Governador do Estado será julgado nos crimes de responsabilidade:

- A) Pela Assembleia Legislativa.
- B) Pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) Pelo Tribunal de Justiça do Estado.



- D) Pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E) Pela Controladoria-Geral do Estado.

**17.** Compete ao Governador do Estado, segundo a CE/PR:

- A) Propor à Assembleia Legislativa a criação de municípios.
- B) Exercer a chefia do Poder Judiciário.
- C) Declarar a inconstitucionalidade de leis estaduais.
- D) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.
- E) Eleger os membros do Tribunal de Justiça.

**18.** De acordo com a CE/PR, o Poder Judiciário tem por órgão máximo:

- A) A Assembleia Legislativa.
- B) O Supremo Tribunal Federal.
- C) O Tribunal de Justiça do Paraná.
- D) O Conselho Nacional de Justiça.
- E) O Ministério Público Estadual.

**19.** A respeito do Ministério Público, assinale a correta:

- A) Subordina-se ao Poder Executivo.
- B) Tem função jurisdicional própria.
- C) Exerce controle externo da atividade policial.
- D) Está sujeito à hierarquia do Judiciário.
- E) Tem caráter consultivo e legislativo.

**20.** A Procuradoria-Geral do Estado tem como chefe:

- A) Um Ministro do STF.
- B) Um Desembargador do TJPR.
- C) Um Procurador nomeado pelo Governador.
- D) O Procurador-Geral de Justiça.
- E) O Presidente da Assembleia Legislativa.



**21.** Sobre a Defensoria Pública, segundo a CE/PR, é correto afirmar:

- A) Atua apenas em matéria criminal.
- B) Exerce a defesa judicial apenas de servidores públicos.
- C) É instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado.
- D) Subordina-se administrativamente ao Ministério Público.
- E) Não possui autonomia funcional.

**22.** A respeito da intervenção estadual em municípios, é correto afirmar que:

- A) Só pode ocorrer com prévia autorização da ONU.
- B) Pode ocorrer para reorganizar partidos políticos.
- C) O Governador pode intervir por decreto sem limites.
- D) Pode ocorrer para assegurar a aplicação do mínimo exigido na educação.
- E) É competência da Assembleia Legislativa exclusivamente.

**23.** Sobre os Tribunais de Contas, conforme a CE/PR, assinale a correta:

- A) Têm função jurisdicional penal.
- B) Examinam apenas contas do Executivo.
- C) Fiscalizam a legalidade e legitimidade dos atos de gestão.
- D) Estão subordinados ao Ministério Público.
- E) Suas decisões têm força de lei ordinária.

**24.** A criação de novas Comarcas no Estado depende:

- A) De decisão do Presidente do TJ.
- B) De lei de iniciativa do Poder Judiciário.
- C) De decreto legislativo.
- D) De plebiscito popular.
- E) De convênio entre os municípios envolvidos.

**25.** A respeito das funções do Governador, é correto afirmar:





- A) Nomeia os Desembargadores do IJ sem restrição.
- B) Depende de referendo para nomear Secretários de Estado.
- C) Pode exercer chefia de outro Poder em caso de calamidade.
- D) Representa o Estado nas suas relações políticas.
- E) Exerce poder moderador sobre o Judiciário.

**26.** A função do Poder Judiciário, segundo a Constituição do Estado do Paraná, inclui:

- A) Promover políticas públicas sociais.
- B) Propor leis orçamentárias diretamente.
- C) Exercer função jurisdicional e garantir a justiça.
- D) Arrecadar tributos estaduais.
- E) Aplicar sanções administrativas ao Governador.

**27.** Em relação ao Conselho da Magistratura do TJPR, é correto afirmar:

- A) É órgão de deliberação legislativa.
- B) Tem função exclusivamente consultiva.
- C) Atua como órgão disciplinar e administrativo do Judiciário.
- D) Substitui o Pleno do TJ em decisões judiciais.
- E) Depende de aprovação do Executivo para funcionar.

**28.** Nos termos da CE/PR, o Tribunal de Contas do Estado é composto por:

- A) 9 membros escolhidos exclusivamente pela Assembleia.
- B) 7 membros, com parte indicada pelo Governador e parte pela Assembleia Legislativa.
- C) 5 membros vitalícios, todos nomeados pelo Judiciário.
- D) 6 membros eleitos por sufrágio direto.
- E) Número indefinido de membros, conforme regulamento interno.

**29.** Ministério Público do Estado do Paraná:

- A) É subordinado ao Tribunal de Justiça.
- B) Pode representar judicialmente o Estado em todas as ações.
- C) Exerce, entre outras funções, a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais.



- D) Atua exclusivamente na área penal.
- E) Integra o Poder Executivo.

30. Sobre a nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Estado, é correto:

- A) É eleito por voto popular.
- B) É escolhido livremente pelo Governador, sem restrições.
- C) É nomeado pelo Governador, dentre integrantes de lista tríplice.
- D) É nomeado pelo Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) É indicado pelo Tribunal de Justiça.

## GABARITO



### Constituição Estadual do Paraná – Arts. 1º a 51

1. Letra C	2. Letra C	3. Letra D
4. Letra A	5. Letra A	6. Letra C
7. Letra C	8. Letra C	9. Letra C
10. Letra C	11. Letra C	12. Letra B
13. Letra A	14. Letra B	15. Letra B



## Constituição Estadual do Paraná – Arts. 52 a 226

16. Letra C	17. Letra D	18. Letra C
19. Letra C	20. Letra C	21. Letra C
22. Letra D	23. Letra C	24. Letra B
25. Letra D	26. Letra C	27. Letra C
28. Letra B	29. Letra C	30. Letra C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.